
Comissão Interministerial de Coordenação da Água

O Decreto-Lei 76/2016, de 9 de novembro, aprova o Plano Nacional da Água e cria a Comissão interministerial de Coordenação da Água.

O referido diploma no seu preâmbulo explicita a razão da sua criação "... a consciência de que a promoção da política da água não pode ser uma responsabilidade exclusiva do Ministério do Ambiente, pese embora o papel essencial que lhe está cometido em matéria de coordenação e execução desta política, justifica a criação de novos mecanismos de articulação entre entidades públicas competentes e de coordenação de políticas, designadamente no âmbito do espaço marítimo nacional, de acordo com a Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, aprovada pela Lei n.º 17/2014, de 10 de abril. Estes mecanismos têm como objetivo primordial promover o consenso e o compromisso, bem como a contratualização das responsabilidades das diversas entidades envolvidas, nomeadamente no âmbito da execução dos programas de medidas.

É, pois, neste enquadramento que é criada a Comissão Interministerial de Coordenação da Água, presidida pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente, que poderá contar com a participação dos representantes da Administração Pública e das entidades reguladoras setoriais, por forma a garantir a definição e a partilha de responsabilidades, bem como a necessária articulação dos instrumentos de planeamento e das políticas de recursos hídricos com as outras políticas setoriais.

Esta Comissão deverá, assim, assumir-se como o fórum privilegiado para a coordenação das referidas políticas de água, promovendo o envolvimento de todos os interessados,

nomeadamente dos agentes económicos, e melhorando a qualidade da sua intervenção."

(Fonte: Decreto-Lei 76/2016, de 9 de novembro)

Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental 2017

O Ministro do Ambiente apresentou no passado mês de Janeiro o Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental 2017, plano que assenta numa acção integrada da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Agência Portuguesa do Ambiente, Comissão de Coordenação Regional, GNR e o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente.

O grande objectivo é o reforço do cumprimento da legislação ambiental, com rentabilidade dos meios e de forma mais eficiente.

O Ministro anunciou ainda a criação da Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente, que reunirá toda a informação resultante da actividade de inspeção e fiscalização, e representa um investimento de 1,7 milhões de euros.

(Fonte: www.portugal.gov.pt > mamb)

Portal do Estado do Ambiente: nova plataforma de informação ambiental

Com o objetivo de apoiar a compreensão e divulgação dos dados do Relatório do Estado do Ambiente (REA), documento de referência nacional neste domínio, foi lançado, no dia 29 de dezembro de 2016, o **Portal do Estado do Ambiente**, projeto desenvolvido pela APA em articulação com outras entidades públicas.

Esta nova plataforma digital e interativa proporciona um acesso mais fácil, rápido

e transparente aos dados mais recentes e tendências de evolução, ajudando a compreender a complexidade dos desafios ambientais que se colocam, de forma transversal, a decisores, organizações e cidadãos e contribuindo para melhor tomada de decisão. No REA2016 alarga a informação ambiental a áreas mais abrangentes do ambiente, com ligação à informação europeia e apresenta também uma análise dos dados ambientais e tendências a nível global e nacional. A plataforma alberga, um número diversificado de indicadores sobre o estado do ambiente, apresentados em 49 fichas temáticas, distribuídas por oito domínios ambientais: Economia e Ambiente, Energia e Clima, Transportes, Ar, Água, Solo e Biodiversidade, Resíduos e Riscos Ambientais. Além das fichas temáticas organizadas por domínios ambientais, disponibilizará ao público mais conteúdos relevantes para uma melhor compreensão da complexidade das pressões a que o ambiente está sujeito. Assim, para além de outros portais e relatórios internacionais sobre o estado do ambiente, disponibilizará outras publicações sobre os domínios ambientais, bem como estudos que analisam o impacto de tendências globais sobre o estado do ambiente. Também incluirá, naturalmente, todas as edições do REA disponíveis em formato eletrónico.

(Fonte :adaptado de site rea.apambiente.pt)

Relatório “Climate change – Impacts and vulnerability in Europe 2016”

A Agência Europeia do Ambiente divulgou no passado mês de Janeiro, o relatório ‘[Climate change – Impacts and vulnerability in Europe 2016](#)’.

Trata-se de um documento que contém uma avaliação baseada em indicadores que apresentam a panorâmica global relativa aos impactes climáticos atuais e previstos na Europa, vulnerabilidades e principais riscos.

De acordo com este relatório, devido às alterações climáticas as regiões da Europa enfrentam o aumento do nível do mar e condições meteorológicas mais extremas, como ondas de calor mais frequentes e mais intensas,

inundações, secas e tempestades. O relatório avalia as últimas tendências e projeções sobre as alterações climáticas e os seus impactes em toda a Europa e considera que são essenciais estratégias, políticas e medidas de adaptação, melhores e mais flexíveis, para atenuar estes impactes.

(Fonte: www.eea.europa.eu)

Painel fotovoltaico flutuante no Regadio de Alqueva

A EDIA instalou o primeiro conjunto de painéis fotovoltaicos flutuantes num dos seus reservatórios da rede secundária de rega, o reservatório da Cegonha, do aproveitamento hidroagrícola de São Matias. Trata-se de um sistema off-grid, desligado da rede elétrica, composto por 44 painéis fotovoltaicos flutuantes e com uma potência instalada de 11 kW. Para além deste conjunto de painéis, foi ainda instalado um sistema de armazenamento de energia, com autonomia para 5 dias sem sol, permitindo abastecer os órgãos hidráulicos do reservatório, os sistemas de monitorização e telecontrolo e ainda a Estação de Filtração de um bloco de rega com 2 163 hectares. Esta solução energética evitou a construção de uma linha de média tensão com uma extensão de cerca de 2 quilómetros, que se traduz numa rentabilidade económico-financeira positiva desde o momento de entrada em funcionamento. A EDIA tem vindo a apostar em soluções energéticas amigas do ambiente e ecologicamente compatíveis com um processo de desenvolvimento sustentado que se deseja para a região.

(Fonte: www.edia.pt)

Programa de monitorização da faixa costeira de Portugal Continental (COSMO)

No litoral português, os fenómenos de erosão, galgamento/inundação e instabilidade das arribas (i.e. movimentos de massa de vertente) são reconhecidos ao longo de praticamente toda a faixa costeira, gerando frequentemente situações de conflito de uso com risco para pessoas e bens. Os impactos decorrentes das alterações climáticas, designadamente a subida do nível médio do mar e a modificação do regime de agitação marítima, da sobrelevação meteorológica e da precipitação poderão traduzir-se no estabelecimento ou variação da intensidade da erosão e na modificação da frequência e intensidade das inundações costeiras, aumentando ainda mais a exposição de pessoas e bens a situações de risco.

Atentadas atribuições da Agência Portuguesa do Ambiente em matéria de gestão costeira, vai ser implementado um Programa de Monitorização da Faixa Costeira de Portugal Continental (Programa COSMO) de âmbito nacional ao longo de três anos. Este Programa assenta numa visão holística e integrada da monitorização costeira, indo proceder à aquisição sistemática e com padrões de recolha, processamento e análise idênticos e padronizados para a totalidade da faixa costeira nacional.

O Programa COSMO inclui a realização de vários trabalhos/tarefas de monitorização nas praias, dunas, fundos submarinos próximos e arribas, designadamente a realização de levantamentos topográficos (com meios terrestres e aéreos) e hidrográficos ao longo de uma série de locais previamente selecionados da faixa costeira de Portugal Continental, designadamente nas áreas de maior vulnerabilidade e com maior exposição de pessoas e bens a situações de risco.

Os resultados obtidos com o Programa COSMO irão contribuir para a otimização da gestão costeira, assente na tomada de decisão informada e atempada baseada em evidências, sendo particularmente relevante:

- Na compreensão dos impactos das alterações

climáticas sobre a faixa costeira e definição das estratégias de adaptação;

- Na definição das estratégias de ordenamento e planeamento costeiro a médio e longo prazo;

- Na avaliação dos efeitos/impactos na faixa costeira das intervenções de proteção/defesa costeira já realizadas e respetivo grau de sucesso;

- Na programação e definição futura de novas intervenções de proteção/defesa costeira;

- No aumento da capacidade de projeção de cenários evolução futura da faixa costeira.

O Programa COSMO irá custar cerca de 3.8 milhões de euros, tendo cofinanciamento comunitário em 85% (candidatura efetuada e aprovada ao Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos).



Relatório “Financing urban adaptation to climate change”

Encontra-se disponível para consulta o relatório “Financing urban adaptation to climate change”. Publicado pela Agência Europeia do Ambiente, apresenta estudos de caso que envolvem 11 cidades europeias, entre as quais Lisboa, sobre projetos de adaptação urbana às alterações climáticas, onde são identificadas medidas de proteção face aos danos causados por eventos climáticos com consequências extremas, dificuldades enfrentadas e superadas e principais fatores de sucesso.

A publicação analisa, ainda, mecanismos inovadores de financiamento a nível europeu, destinados a projetos de investimento para recurso de eventuais iniciativas por parte de organismos internacionais, nacionais, regionais e instituições privadas.

(Fonte: www.eea.europa.eu)